

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI
MIRIM S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações do fluxo de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A.
Mogi Mirim - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

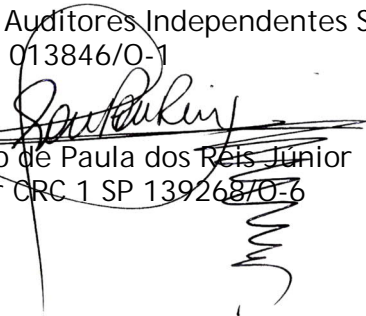


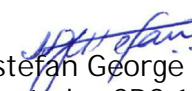
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 22 de fevereiro de 2018



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Francisco de Paula dos Reis Junior
Contador CRC 1 SP 139268/O-6


Estefan George Haddad
Contador CRC 1 DF-008.320/O-5 - S - SP

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2017	2016		Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.077	8.143	Empréstimos e financiamentos	7	3.968	4.106
Contas a receber	5	1.673	2.437	Fornecedores		255	133
Ativo financeiro	6	8.860	8.339	Obrigações sociais		269	255
Outros créditos		53	42	Obrigações fiscais		96	175
Total do ativo circulante		20.663	18.961	Impostos diferidos	9	186	274
				Contas a pagar - partes relacionadas	8	12	12
Não circulante				Não circulante			
Contas a receber	5	-	4.262	Dividendos a pagar		643	2.043
Ativo financeiro	6	63.793	61.550	Total do passivo circulante		5.429	6.998
Imobilizado		49	62				
Intangível		8	8	Empréstimos e financiamentos	7	27.293	28.265
Total do ativo não circulante		63.850	65.882	Impostos diferidos	9	4.158	4.256
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	8.372	8.126
				Total do passivo não circulante		39.823	40.647
				Patrimônio líquido			
				Capital social	10	19.532	19.532
				Reserva de lucros		19.729	17.666
				Total do patrimônio líquido		39.261	37.198
Total do ativo		84.513	84.843	Total do passivo e patrimônio líquido		84.513	84.843

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2017	2016
Receita líquida	11	15.102	18.769
Custo do serviços prestados	12	(2.852)	(3.392)
Lucro bruto		12.250	15.377
Receitas/(despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	12	(6.769)	(1.259)
Outras receitas, despesas operacionais líquidas		60	-
		(6.709)	(1.259)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		5.541	14.118
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	13	1.268	3.889
Despesas financeiras	13	(2.830)	(5.010)
		(1.562)	(1.121)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.979	12.997
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	14	(1.027)	(860)
Diferidos	14	(246)	(3.536)
		(1.273)	(4.396)
Lucro líquido do exercício		2.706	8.601
Lucro líquido por ação - básico e diluído	15	0,139	0,440

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>2.706</u>	<u>8.601</u>
Resultados abrangentes	<u>2.706</u>	<u>8.601</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	19.532	662	12.118	-	32.312
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.601	8.601
Dividendos propostos	-	-	-	(2.042)	(2.042)
Dividendos distribuídos	-	-	(1.673)	-	(1.673)
Reserva legal	-	430	-	(430)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	6.129	(6.129)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	19.532	1.092	16.574	-	37.198
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.706	2.706
Dividendos propostos	-	-	-	(643)	(643)
Reserva legal	-	135	-	(135)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.928	(1.928)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	19.532	1.227	18.502	-	39.261

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	2.706	8.601
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:		
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	1.273	4.396
Depreciações e amortizações	14	4
Remuneração do ativo financeiro	(11.272)	(11.366)
Juros sobre empréstimos	2.827	3.352
Variação nos ativos operacionais		
Contas a receber	5.025	(5.653)
Outros créditos	(10)	-
Ativo financeiro	8.508	8.013
Variação nos passivos operacionais		
Fornecedores e partes relacionadas	121	27
Obrigações sociais	15	39
Obrigações fiscais	(80)	(139)
Impostos diferidos	(186)	296
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.027)	(663)
Juros pagos sobre empréstimos	(2.640)	(2.742)
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>5.274</u>	<u>4.165</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(2)	(10)
Baixa ativo imobilizado	1	-
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>(1)</u>	<u>(10)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(2.042)	(2.138)
Pagamentos de empréstimos - principal	(1.297)	(1.164)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>(3.339)</u>	<u>(3.302)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.934</u>	<u>853</u>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício	8.143	7.290
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício	10.077	8.143
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.934</u>	<u>853</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Sesamm Serviços de Saneamento de Mogi Mirim S.A. ("Sociedade") foi constituída em 15 de agosto de 2008, tendo por objeto social específico e exclusivo cumprir o contrato de concessão, celebrado com o Município de Mogi Mirim, Estado de São Paulo, decorrente do Edital de Concorrência Pública nº 003/2008 relativo à prestação dos serviços de complementação da implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto do Município, incluindo a disposição dos resíduos sólidos gerados, bem como a realização das atividades correlatas e exploração de fontes de receitas autorizadas no contrato de concessão, tais como a comercialização dos resíduos do tratamento de esgoto, a prestação de serviços de tratamento de efluentes às indústrias instaladas no Município e a reutilização do efluente final.

Os serviços de tratamento de esgoto prestados pela Sociedade são remunerados pela Prefeitura Municipal de Mogi Mirim ("Poder Concedente"), por intermédio do Serviço Autônomo de Água e Esgotos - SAAE, por meio da soma das seguintes parcelas:

- a) Remuneração dos investimentos mediante aplicação da tarifa do componente de investimento proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume de tratamento de esgoto ofertado em cada etapa da ETE, conforme previsto no Edital, de modo que a tarifa mensal relacionada à remuneração do investimento seja cobrada independentemente do volume de esgoto tratado;
- b) Remuneração da operação e manutenção mediante aplicação da tarifa do componente operacional proposta pela Contratada, expressa em R\$/m³ de esgoto, aplicada ao volume mensal de esgoto tratado medido na saída da ETE.

As receitas auferidas pelas atividades correlatas, quando existirem, e pela exploração de outras fontes de receita autorizadas serão computadas para redução da tarifa referente ao tratamento de esgoto na proporção de 30% sobre o lucro líquido advindo dessas atividades.

O contrato estabeleceu o prazo de concessão em 30 anos, com possibilidade de prorrogação e, extinta a concessão, os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à concessão retornam ao Poder Concedente.

Uma vez que o modelo do contrato de concessão é da forma não onerosa, a Sociedade não pagará ao Poder Concedente nenhum ônus fixo e/ou variável pela exploração dos serviços mencionados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor estimado do contrato é de R\$ 286.109, composto pela remuneração dos investimentos e da operação do tratamento do esgoto. Cabe destacar, ainda, que o valor dos investimentos estimados a serem efetuados para execução das quatro fases do projeto de implantação do sistema de afastamento de esgoto e implantação e operação do sistema de tratamento de esgoto é da ordem de R\$ 96.731, dos quais já foi investido até 31 de dezembro de 2017, na primeira e segunda fase do projeto, o montante de R\$ 53.248, com os impostos sobre receitas de construção. A Sociedade estima que os investimentos adicionais para conclusão das quatro fases sejam de aproximadamente R\$43.483, líquidos dos impostos sobre receitas de construção.

A Sociedade entrou em operação no dia 14 de junho de 2012. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, a taxa de retorno do investimento é de 16,09% e está de acordo com o retorno previsto para o negócio.

Em 14 de setembro de 2016 a Sociedade assinou o Termo Aditivo nº 213.03/2016 referente ao reequilíbrio econômico e financeiro do contrato pela comprovação de utilização de meios construtivos não previstos no projeto básico do edital. Esse aditivo tem o valor de R\$6.914 a serem pagos em 69 parcelas.

2. Base para preparação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as alterações trazidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Afirmamos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração da Sociedade na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em real (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: elaboração de projeções para realização dos ativos, determinação de taxa de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes e determinação das receitas e custos de construção.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua pela Sociedade. Revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período de sua revisão e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos e estimativas críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão conforme determinado pela interpretação técnica ICPC-01 - Contratos de Concessão, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito a: aplicação da interpretação de contratos de concessão e determinação e classificação da remuneração da prestação de serviços de melhoria ou construção como ativo intangível ou ativo financeiro.

Determinação das receitas de construção

Quando executa ou contrata serviços de construção, a Sociedade deve reconhecer a receita de construção, quando realizada, pelo valor justo. A determinação do valor justo referente à parcela de construção requer a aplicação de julgamento e estimativas para determinação do montante a ser alocado como retorno das atividades de construção, com base no modelo econômico do contrato de concessão.

A receita de construção auferida e o custo de obra incorrido referem-se à construção da estação de tratamento de esgoto, emissários, coletores de esgoto e estação elevatória do Município de Mogi Mirim. As receitas e custos associados ao contrato de construção são reconhecidos tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada no contrato de construção, quando aplicável, é reconhecida imediatamente como despesa.

O custo da obra é registrado com base nos valores efetivamente contratados de terceiros para a construção e é igual ao da receita, pois a Administração da Sociedade entende que o contrato firmado com o Município de Mogi Mirim (Poder Concedente) não prevê margem de lucro na construção.

Momento de reconhecimento do ativo financeiro

O ativo financeiro é registrado pelo seu valor justo em contrapartida à receita de construção com base nas características do contrato de concessão. Após o início das operações, o ativo financeiro passará a ser remunerado pela taxa de retorno de investimento prevista no modelo econômico preparado pela Administração com base nos termos do contrato de concessão.

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1. Instrumentos financeiros ativos

Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa e bancos e outros investimentos de curto prazo, com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor, e vencimento e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

Contas a receber

Referem-se substancialmente aos serviços de tratamento de esgoto. São registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Ativo financeiro da concessão

A Sociedade reconheceu um ativo financeiro resultante do contrato de concessão de serviços, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.4. O recebível oriundo da remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial e está representado pelo direito de recebimento proporcional ao percentual executado das obras contratadas. É medido subsequentemente pelo custo amortizado, ou seja, o valor inicialmente reconhecido mais os encargos financeiros cumulativos sobre esse valor calculado, utilizando o método dos juros efetivos menos as amortizações. A segregação do saldo entre o ativo circulante e não circulante é registrada com base no cronograma de recebimento determinado em contrato.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros da concessão (representados pelas contas a receber do Poder Concedente) são avaliados por indicadores de sua redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução dos ativos financeiros da concessão ao seu valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva de sua redução, como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido, após o reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

3.2. Instrumentos financeiros passivos

Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

Empréstimos, financiamentos, fornecedores e partes relacionadas

Demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária. Quando aplicável, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

3.3. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis (passivos), acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

Apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

As provisões para imposto de renda e contribuição social estão baseadas na respectiva base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são registrados com base em saldo de base tributável negativa (ativo) e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para imposto de renda e de 9% para contribuição social.

3.5. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas de operação são apropriadas de acordo com o período de competência.

As receitas de operação são provenientes do sistema de tratamento de esgoto da cidade de Mogi Mirim e a receita de concessão pela remuneração do ativo financeiro.

As receitas relacionadas aos serviços de construção são reconhecidas pelo valor justo, baseadas no estágio de conclusão da obra realizada.

3.6. Receitas e despesas financeiras

Representadas, substancialmente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

3.7. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e CPC, as quais ainda não estão em vigência e não foram adotadas de forma antecipada pela Sociedade. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

- (i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente)

A norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui o IAS 11 - "Contratos de Construção", o IAS 18 - "Receitas" e correspondentes interpretações. As alterações estabelecem os critérios para mensuração e registro das vendas, na forma que efetivamente foram realizadas com a devida apresentação, assim como o registro pelos valores que a Sociedade tenha direito na operação. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)

A Administração está avaliando os possíveis impactos de adoção dessa norma, porém, preliminarmente, não identificou impactos relevantes em suas operações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 - Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações que o IFRS 9 são os novos critérios de classificação de ativos financeiros em duas categorias (mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado) dependendo da característica de cada instrumento podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente, o novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas, e flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Administração avaliou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto relevante sobre as demonstrações contábeis da Sociedade.

(iii) IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (ainda não tem o CPC equivalente emitido)

A nova norma substitui o IAS 17 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Administração está em processo de avaliação dos impactos da adoção da referida norma em suas demonstrações contábeis, porém, não espera ter efeitos relevantes.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Sociedade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Representados por:

	2017	2016
Caixa e bancos	613	422
Aplicações financeiras	9.464	7.721
Total	<u>10.077</u>	<u>8.143</u>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDB) e são remuneradas entre 96% a 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

5. Contas a receber

Representados por:

	2017	2016
Contas a receber (a)	1.726	1.741
Contas a receber (b)	6.613	4.958
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)	-
Total	<u>1.673</u>	<u>6.699</u>
Ativo circulante	1.673	2.437
Ativo não circulante	-	4.262
Total	<u>1.673</u>	<u>6.699</u>

- (a) Representa valores a receber do SAAE referentes à medição da estação de tratamento de esgoto.
- (b) Representa o saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim referente ao reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão assinado em 14 de setembro de 2016, cujo valor foi reconhecido a valor presente.

O prazo médio das contas a receber do SAAE é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2017, não existem saldos de contas a receber dados em garantia. Em caso de inadimplência do consumidor final, o risco é do Poder Concedente.

Foi constituído provisão para perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa referente ao saldo a receber da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim devido a suspensão do pagamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2017 está distribuído conforme a seguir:

Vencidas	
Até 30 dias	527
Acima de 30 dias	1.255
	<u>1.782</u>
A vencer:	
A vencer até 30 dias	1.246
A vencer até 60 dias	100
A vencer até 90 dias	100
A vencer acima de 90 dias	5.111
Total	<u><u>6.557</u></u>
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	(6.666)
Total de contas a receber de clientes	<u><u>1.673</u></u>

6. Ativo financeiro

Representados por:

	2017	2016
Custo de investimento	53.248	53.222
Recebimentos	(40.741)	(32.233)
Ajuste pela taxa de retorno (a)	60.146	48.900
Total	<u>72.653</u>	<u>69.889</u>
Ativo circulante	8.860	8.339
Ativo não circulante	63.793	61.550
Total	<u><u>72.653</u></u>	<u><u>69.889</u></u>

(a) Refere-se ao valor cumulativo de atualização a valor presente do ativo à taxa de 16.09% ao ano (17,07% ao ano em 2016), a qual foi calculada pela Administração para definição do valor justo do ativo, considerando o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas e o retorno do investimento realizado pela Sociedade.

A taxa de retorno do investimento é apurada no modelo econômico-financeiro elaborado pela Administração com base nas premissas do contrato de concessão. Essa taxa resulta da contraposição entre a parcela fixa da remuneração pelos investimentos nas obras que compõem o contrato de Concessão até o fim do contrato de concessão e o gasto efetivo com investimento realizado somado à estimativa de gastos adicionais para cumprimento das obrigações do contrato de concessão.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A remuneração pelo investimento é atualizada anualmente pelo Índice Nacional da Construção Civil - INCC conforme previsto em contrato. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 a parcela fixa anual para remuneração do investimento foi de R\$ 8.508. A parcela fixa é decorrente da receita de concessão que remunera o capital investido e a parcela variável é a receita de operação pelo volume de esgoto tratado.

Os gastos com investimentos são adicionados ao ativo financeiro quando incorridos. Com base nas estimativas elaboradas pela Administração, são estimados gastos adicionais de aproximadamente R\$ 43.483, distribuídos ao longo do período residual do contrato de concessão, para atendimento de 100% do esgoto recebido pelo investimento nas obras conforme previsto nas obrigações contratuais.

A expectativa de realização da totalidade dos créditos é como segue:

Exercício a findar em	
2018	8.860
2019	9.229
2020	9.627
2021	11.665
Após 2021	33.272
Total	<u><u>72.653</u></u>

7. Empréstimos e financiamentos

Representados por:

Instituição financeira	Encargos financeiros	Vencimento	2017		2016	
			Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Caixa Econômica Federal	(*) TR + 8,30% a.a.	12/07/32	3.968	27.293	4.106	28.265
			<u>3.968</u>	<u>27.293</u>	<u>4.106</u>	<u>28.265</u>

(*) TR - Taxa Referencial de Juros.

O financiamento contratado com a Caixa Econômica Federal, em 3 de setembro de 2010, no montante de R\$35.063 tem como objetivo permitir à Sociedade a realização dos investimentos comprometidos quando da obtenção da concessão. A primeira liberação de recursos referente a esse contrato ocorreu em 3 de março de 2011. Esse contrato tem um prazo de carência de 22 meses a partir da data de contratação, com pagamento de juros trimestrais. Após o prazo de carência, os juros e o principal serão pagos mensalmente até julho de 2032.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Nesse contrato de financiamento existem cláusulas restritivas denominadas "covenants", relativas ao nível de endividamento da Sociedade e cumprimento de obrigações acessórias, que são aplicáveis desde julho de 2013, quando encerrou o período de carência do contrato.

A Sociedade assumiu, entre outros, os seguintes compromissos de caráter econômico-financeiro constante no contrato ("covenants"):

- Realizar aporte em dinheiro no capital social, de forma a manter a relação entre o saldo devedor e o PL na proporção de 80/20;
- Manter o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em no mínimo 1,30, sendo o ICSD definido por: EBITDA (-) imposto de renda (-) contribuição social (-) investimento (+) empréstimos (+) aportes de capital (+/-) variação no capital de giro/ amortização de principal + pagamento de juros e EBITDA definido por: Lucro líquido + Despesa (receita) financeira líquida + Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social + Depreciação e amortização + Outras Despesas (receitas) líquidas não operacionais;
- Endividar-se até 1/12 do seu faturamento bruto anual ou até o valor correspondente a três prestações mensais imediatamente anteriores à data do endividamento;
- Não distribuir quaisquer recursos aos acionistas, sob a forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, pagamento de juros e/ou amortização de dívida subordinada e/ou redução de capital e, participação nos resultados e honorários a qualquer título durante o período de amortização, estando autorizada a distribuição dos referidos recursos desde que seja atendido o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida (ICSD) mínimo de 1,30.

Em 31 de dezembro de 2017 a Sociedade cumpriu todas as cláusulas restritivas (covenants), quando exigidas, vigentes relativas ao contrato de financiamento.

As parcelas de longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

2019	3.968
2020	3.968
2021	3.968
2022	3.968
Após 2022	11.421
Total	<u>27.293</u>

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Contas a pagar - partes relacionadas

Representados por:

	2017	2016
GS Inima Brasil Ltda.	<u>12</u>	<u>12</u>
Contas a pagar - partes relacionadas	<u>12</u>	<u>12</u>

9. Impostos diferidos

Representado por:

	2017	2016
PIS - diferido	<u>770</u>	<u>803</u>
COFINS - diferido	<u>3.574</u>	<u>3.727</u>
Total impostos diferidos	<u>4.344</u>	<u>4.530</u>
Passivo circulante	186	274
Passivo não circulante	<u>4.158</u>	<u>4.256</u>
Total	<u>4.344</u>	<u>4.530</u>

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS diferidos são calculados tomando por base as receitas apropriadas ao resultado dos exercícios que não foram realizadas financeiramente. O recolhimento será efetuado à medida dos respectivos recebimentos, em conformidade com o estabelecido pelo critério fiscal adotado pela Sociedade.

10. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2017, o valor do capital social integralizado é de R\$ 19.532 e está representado por 19.532.409 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias	% Participação
GS Inima Brasil Ltda.	<u>11.133.473</u>	<u>57%</u>
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	7.031.668	36%
ECS Operações e Participações Ltda.	<u>1.367.268</u>	<u>7%</u>
	<u>19.532.409</u>	<u>100%</u>

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reservas de lucros e distribuição de dividendos

A reserva legal é constituída em conformidade com a legislação societária na base de 5% do lucro líquido do exercício, quando existir, até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

O estatuto da Sociedade prevê a distribuição de dividendos mínimos anuais obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido, quando existirem, conforme definido pela Lei das Sociedades por Ações.

O saldo de lucros acumulados é alocado à reserva de retenção de lucros, sendo sua distribuição definida em Assembleia Geral Ordinária e/ou Extraordinária.

A totalidade dos dividendos distribuídos referente ao lucro apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 643, é referente aos dividendos mínimos obrigatórios e será pago aos acionistas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

O cálculo dos dividendos obrigatórios, em 31 de dezembro de 2017, está demonstrado a seguir:

	2017
Lucro líquido do exercício	2.706
Reserva legal de 5% do lucro	(135)
Base de cálculo	2.571
Dividendos estatutários obrigatórios	25%
Dividendos propostos	643

A composição dos dividendos a pagar, está demonstrada a seguir:

	2017
GS Inima Brasil Ltda.	366
Companhia de Saneamento Básico do Estado de SP - SABESP	232
ECS - Operações e Participações Ltda.	45
Dividendos a pagar	643

11. Receita Líquida

São representadas por:

	2017	2016
Receita Líquida	15.102	18.769

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada nas demonstrações do resultado dos exercícios é como segue:

	2017	2016
Receita de tratamento de esgoto	4.912	4.821
Receita do ativo financeiro	11.245	15.315
PIS	(220)	(277)
COFINS	(1.021)	(1.276)
Reversão PIS / COFINS s/ receita de construção	186	186
Receita líquida	<u>15.102</u>	<u>18.769</u>

12. Custos e despesas por natureza

	2017	2016
Custos		
Pessoal	714	677
Materiais	513	411
Serviços prestados	909	1.474
Energia Elétrica	687	678
Outros custos	29	152
Total de custos	<u>2.852</u>	<u>3.392</u>

	2017	2016
Despesas		
Remuneração de dirigentes	84	77
Pessoal	358	346
Materiais	18	15
Serviços prestados	377	295
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	5.504	-
Outros gastos	428	526
Total de despesas	<u>6.769</u>	<u>1.259</u>

	2017	2016
Outras receitas e despesas operacionais		
Outras receitas operacionais	60	-
Total de outras receitas e despesas operacionais	<u>60</u>	<u>-</u>

SESAMM SERVIÇOS DE SANEAMENTO DE MOGI MIRIM S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Resultado financeiro

	2017	2016
Receitas financeiras:		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	775	933
Varição monetária ativa	-	2.956
Ajuste a valor presente	493	-
Total receitas financeiras	<u>1.268</u>	<u>3.889</u>
Despesas financeiras:		
Despesas bancárias	(3)	(3)
Juros pagos ou incorridos	(2.827)	(3.352)
Ajuste a valor presente - AVP	-	(1.655)
Total despesas financeiras	<u>(2.830)</u>	<u>(5.010)</u>
Resultado financeiro	<u>(1.562)</u>	<u>(1.121)</u>

14. Imposto de Renda e Contribuição Social

I. Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	2017	2016
Base do ativo		
Prejuízo fiscal e base de contribuição social		
Negativa	1.513	2.855
Perdas estimadas em crédito de liquidação		
Duvidosa	5.504	-
Participação nos resultados	147	-
Base do passivo		
Ajustes referentes as diferenças entre práticas		
Contábeis		
fiscais e societárias (a)	(26.819)	(22.278)
Lucro diferido (b)	(4.969)	(4.476)
Base de Cálculo	<u>(24.624)</u>	<u>(23.899)</u>
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>(8.372)</u>	<u>(8.126)</u>

a) Referem-se aos ajustes decorrentes da adoção inicial das alterações de práticas contábeis adotadas no Brasil, relacionadas ao reconhecimento do ativo financeiro, principalmente em relação à diferença do imobilizado fiscal e ativo financeiro.

b) Referem-se ao lucro diferido decorrente do reconhecimento do reequilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão a ser recebido da Prefeitura Municipal de Mogi Mirim.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

II. Reconciliação do Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação do Imposto de Renda e da Contribuição Social, correntes e diferidos, calculados com base nas alíquotas nominais, é como segue:

	2017	2016
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	3.979	12.997
Alíquota combinada vigente	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social calculada à alíquota vigente	(1.353)	(4.419)
Ajuste para a alíquota vigente		
Outros ajustes	80	23
Imposto de renda e contribuição social contabilizados	(1.273)	(4.396)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composto por	2017	2016
Correntes	(1.027)	(860)
Diferidos	(246)	(3.536)
Total	(1.273)	(4.396)

15. Lucro por ação

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação, utilizados para o cálculo do lucro líquido básico e diluído por ação.

	2017	2016
Básico		
Lucro líquido do exercício	2.706	8.601
Número de ações ao fim do exercício (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - básico - R\$	0,139	0,440
Diluído		
Lucro líquido utilizado na apuração do prejuízo básico por ação	2.706	8.601
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação (em milhares)	19.532	19.532
Lucro líquido por ação - diluído - R\$	0,139	0,440

Não há diferença entre o lucro básico e diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)

16. Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 4.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

17.2. Exposição a riscos de taxas de juros

A determinação do valor justo ("fair value") do instrumento financeiro contratado pela Sociedade é efetuada com base em metodologia padrão de mercado e com base em informações obtidas com a instituição contratada.

17.3. Análise de sensibilidade

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TR, que apresenta baixa volatilidade e impacto nos juros sobre os empréstimos. Em função da não relevância da informação, a Administração não efetuou análise de sensibilidade.

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da CDI, relativos a aplicações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre o saldo líquidos das aplicações financeiras.

	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Indicadores			
CDI	9,93%	12,41%	14,90%
Receita de aplicações financeiras	940	1.056	1.080

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra
forma)

17.4. Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Sociedade a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e contas a receber.

A Sociedade mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

17.5. Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017, representam o valor justo ou o custo amortizado para os empréstimos e financiamentos, uma vez que a natureza e característica das condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis. Os saldos elegíveis são ajustados a valor presente.

18. Cobertura de seguros

A Sociedade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e relevância, levando em conta a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2017, as coberturas de seguros são resumidas, conforme a seguir:

Modalidade de seguro	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos operacionais	10.000
	Responsabilidade civil	3.000
Seguro-garantia	Garantia do contrato de concessão	8.365

19. Eventos subsequentes

A Sociedade não identificou eventos subsequentes as demonstrações contábeis que necessitam ser divulgados.

20. Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 22 de fevereiro de 2018.